

# **O TRABALHO NO CINEMA**

*(e uma socióloga  
na plateia)*

© da autora  
1ª edição 2012

Direitos reservados desta edição: Tomo Editorial Ltda.

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais que podem ser conhecidos em [www.tomoeditorial.com.br](http://www.tomoeditorial.com.br)

*Editor*

João Carneiro

*Revisão*

Moira Revisões

*Projeto gráfico, diagramação e capa*

Krishna Chiminazzo Predebon

Tomo Editorial

*CTP, impressão e acabamento*

Gráfica Editora Pallotti, Santa Maria, RS

---

H762t      Holzmann, Lorena.

O trabalho no cinema ; (e uma socióloga na plateia). /  
Lorena Holzmann. – Porto Alegre : Tomo Editorial, 2012.  
200 p.

ISBN 978-85-86225-73-4

1. Trabalho. 2. Trabalho – Filmes cinematográficos. I. Título.

CDU 331 : 791.43

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

Tomo Editorial Ltda. Fone/fax: (51) 3227.1021  
[tomo@tomoeditorial.com.br](mailto:tomo@tomoeditorial.com.br) [www.tomoeditorial.com.br](http://www.tomoeditorial.com.br)  
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS

# O TRABALHO NO CINEMA

*(e uma socióloga  
na plateia)*

Lorena Holzmann



Porto Alegre, 2012

# Sumário

Apresentação 7

Introdução 13

## OS FILMES

1	Maria cheia de graça	39
2	O corte	45
3	A grande sedução	51
4	Terra fria	57
5	Uma secretária de futuro	61
6	Segunda-feira ao sol	67
7	O cachorro	73
8	Pão e rosas	79
9	Match point	85
10	Tempos modernos	89
11	O homem que virou suco	95
12	Princesas	101

13	Ou tudo ou nada	107
14	A partida	113
15	Amor sem escalas	119
16	Em boa companhia	127
17	Germinal	135
18	Capitalismo: uma história de amor	141
19	Pai patrão	145
20	Os companheiros	153
21	Wall Street: poder e cobiça	161
22	Em nome de deus	167
23	Billy Elliot	173

Reflexões sobre os sentidos do trabalho 179

Referências 185

Bibliografia sugerida 191

Índice temático 193

# Apresentação

Em 28 de dezembro de 1895, foi exibido, na França, um invento que, a partir da projeção de fotos sucessivas, permitia registrar pessoas e objetos em movimento. Era o cinema. Os irmãos Lumière, responsáveis pela novidade, não previram um grande futuro para sua invenção, acreditando que ela não passaria de uma curiosidade logo esquecida. Apesar desse prognóstico, a invenção veio a tornar-se um dos mais importantes meios de registro histórico ou ficcional dos feitos, da experiência, das emoções, da grandeza, das iniquidades, do sofrimento, das alegrias de homens e de mulheres, ao longo dos tempos. O cinema foi se integrando ao cotidiano da vida moderna, difundindo-se também entre a grande massa, constituída predominantemente de analfabetos, fazendo de um de seus limites, o silêncio, fator decisivo dessa rápida difusão. A compreensão dos poucos diálogos ou a explicação de algumas cenas foram facilitadas pela inclusão de vinhetas/intertítulos, lidos por quem se dispusesse a auxiliar outros espectadores. No Japão, havia um leitor oficial ao lado da tela, com a função de inteirar a plateia da trama em exibição (Kemp, 2011, p. 8).

Muito rapidamente, inovações tecnológicas foram sendo introduzidas na produção e exibição de filmes, aumentando o encantamento de plateias cada vez mais numerosas em países europeus, americanos e asiáticos, e alcançando um sucesso que não fora previsto por seus inventores. Em 1903, foi exibido em Washington o primeiro filme de faroeste, *O grande roubo do trem*, com duração de 12 minutos (O 1º de dezembro na História, 2009). Apresentado pela primeira vez em 1927, o filme sonoro foi considerado por Irving Thalberg, na época o homem forte da MGM, a Metro Goldwyn Mayer – um dos grandes estúdios produtores de filmes nos Estados Unidos –, apenas como uma moda

passageira (Couto, 2009). O filme era *O cantor de jazz*, produzido pela Warner Brothers, outro grande estúdio norte-americano. Vieram, depois, o filme colorido, o *cinemascope*, o som estéreo, o filme em três dimensões, a projeção digital.

Já em 1929 foi instituída uma premiação para os melhores filmes, atores e diretores do ano precedente (nessa data, a premiação levou em conta a produção cinematográfica de 1927 e 1928), o Oscar, consagrando-se como um dos mais destacados prêmios do cinema. Outros eventos, como os festivais de cinema, foram sendo criados ao longo do tempo, transformando-se em espaços de divulgação da produção mundial. Destacam-se os festivais de Cannes, de Veneza, de Berlim, entre outros. Também no Brasil, em datas mais recentes, foram organizados eventos similares, como os festivais de Gramado e de Brasília.

O cinema foi definitivamente incorporado ao rol das grandes invenções da humanidade, usado como documentário, como meio de expressão artística ou apenas como entretenimento. Ao mesmo tempo em que se modificam as tecnologias de produção e exibição, sucedem-se os fundamentos estéticos adotados por seus realizadores, renovam-se e retomam-se temáticas, crises são enfrentadas na concorrência com outros veículos de comunicação como a televisão e, mais recentemente, a internet, mas o cinema sobrevive na sua magia de registrar em imagens a trajetória real ou fictícia da humanidade.

Esse registro não é neutro, nem descompromissado. O cinema se constitui importante instrumento de veiculação de ideias, denúncias, críticas, apoios, expondo, explícita ou simbolicamente, a posição de seus realizadores diante dos grandes e pequenos eventos da humanidade, como argumenta Zizek (2009). É, por isso, um recurso e um veículo que pode ser usado política e ideologicamente, sofrendo interferências de interesses diversos. A produção cinematográfica foi, em determinadas circunstâncias, cerceada ou impedida de se manifestar, submetida à censura, e seus realizadores punidos por se oporem ou fazerem a crítica do *establishment*. A perseguição a atores, diretores, roteiristas e outros profissionais ligados ao cinema, durante o macarthismo

nos Estados Unidos, nos anos 1950, revela o peso daquela interferência. O cinema pode ser também usado como propaganda e veículo de legitimação de uma ordem econômica, social e cultural, como atesta a obra de Leni Riefenstahl, considerada a cineasta do nazismo. Ou como denúncia, como nos documentários de Michael Moore.

O cinema é um meio de comunicação que se presta à veiculação de qualquer tipo de mensagem, sendo, portanto, destituído de um sentido intrínseco e inerente. É um instrumento na mão de seus realizadores.

Um filme abre ao espectador uma série de oportunidades, como tomar conhecimento de realidades e episódios que desconhecia, refletir sobre suas vivências e mobilizar suas emoções. Ou apenas divertir-se ou aborrecer-se com a história contada. Mas ninguém fica indiferente a um filme assistido.

Uma infinidade de temas constitui o grande acervo da *sétima arte*, narrados como dramas ou como comédias, como feitos épicos ou vivências intimistas, como romance ou como suspense, contando a história de pessoas comuns, a saga de heróis ou as torpezas de vilões. São distintas as qualidades narrativas, o suporte tecnológico, a orientação estética, os posicionamentos e defesas ideológicos e políticos veiculados, de que se valem aqueles que fazem do cinema seu meio de expressão.

O trabalho e os conflitos que o envolvem, como uma recorrência na experiência universal de homens e mulheres, têm estado presentes entre esses temas, desde aquela primeira cena exibida no final do século XIX, que registrou, em breves 15 segundos, a saída dos operários (a maioria mulheres) da fábrica da família Lumière, em Lyon. A cena não obedecia a um roteiro, nem havia uma história a ser contada: era apenas o registro de imagens em movimento. Uma novidade, muito rapidamente popularizada.

A proposta deste livro é abordar a presença do trabalho na vida dos personagens dos filmes examinados. Não se pretendeu fazer crítica cinematográfica, nem examinar em profundidade as idiosincrasias dos personagens retratados, ou apresentar em



detalhes o roteiro e a trama narrativa; não se analisam qualidades técnica e estética do filme, não se consideram, enfim, sua relevância e mérito na história do cinema. Busca-se, tão somente, expor a relação dos personagens com o trabalho (ou com a falta dele), o modo como o vivenciam, examinando suas dificuldades, lutas, vitórias, resistências, adesão, enfim, todos os fatores que fazem parte da realidade do trabalho, e que têm sido objeto de investigação e de reflexões da Sociologia do Trabalho.

A seleção dos filmes, cuja lista não esgota as produções que tratam do tema, levou em conta a presença desses fatores, como pano de fundo ou apenas como episódio da trama narrativa. Mas o olhar com que esses episódios são enfocados tenta perscrutar, na trama, a vivência do trabalho, como elemento indissociável da vida humana, atividade vital na manutenção e reprodução da sociedade, e sua problemática ao longo do tempo. Como atividade social, as manifestações dessa problemática se transformam, são superadas, retornam com novas roupagens, veiculadas como inovações e modernidade e tornam imperativa a busca de respostas para o enfrentamento dos conflitos associados ao trabalho.

Os filmes selecionados são dirigidos e interpretados por celebridades e artistas de reconhecido talento ou por diretores e atores sem expressão; obras emblemáticas na filmografia de todos os tempos, outras que passaram sem ser notadas por crítica e público; algumas, sucesso de bilheteria; outras, fracasso de exibição. Em comum, a presença do trabalho.

Originalmente, pretendia apresentar o livro em capítulos, segundo afinidade temática dos filmes, mas o entrelaçamento, em uma mesma narrativa, de múltiplas dimensões relacionadas com o trabalho, tornou evidente a inadequação do formato. Esse entrelaçamento na narrativa não é senão expressão da multifacetada realidade do trabalho, na qual se mesclam macrodimensões que o modelam globalmente e suas repercussões e efeitos sobre a vida cotidiana de pessoas comuns.

Por isso, a ordem em que os filmes são aqui comentados não segue qualquer critério.

O resultado positivo obtido num seminário para alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual essa realidade foi abordada, veio a ser o ponto de partida para pensar esta obra. Acompanhar o cotidiano de trabalho em diferentes situações enfocadas nos filmes assistidos e debatidos, com o suporte de leituras previamente indicadas aos alunos, mostrou ser uma estratégia facilitadora da aprendizagem e compreensão do trabalho e seus problemas atuais. Esta obra pode ser, portanto, entendida como uma introdução à Sociologia do Trabalho. Ela foi pensada para pessoas não iniciadas no estudo da temática do trabalho contemporâneo e pouco familiarizadas com o debate alusivo, problematizando essa temática a partir das situações vivenciadas pelos personagens dos filmes. É, portanto, uma leitura para apreciadores do cinema e para quem tem curiosidade e preocupação com o trabalho, suas transformações em curso e seus efeitos sobre a sociedade e sobre as pessoas.

Ao final, é apresentado um índice temático, registrando os assuntos específicos abordados na análise e os filmes em que podem ser encontrados, assim como o conteúdo específico de cada uma das películas. É também apresentada uma bibliografia, tanto das referências constantes no texto quanto de títulos que tratam do tema, que podem servir como guia para interessados em aprofundar o conhecimento sobre a realidade do trabalho. O leitor encontra, assim, orientação que pode auxiliá-lo nesse percurso.

# Introdução

Quando a apreensão das matérias da natureza necessárias à reprodução da vida das espécies animais não mais atendeu apenas a impulsos instintivos, passando a ser uma ação intencional e premeditada, foi criado o trabalho. Essa atividade deixou de ser geneticamente programada e passou a ser uma atividade própria e exclusiva de uma espécie capaz de opções no modo de assegurar a obtenção de seus meios de vida: nós, os humanos. A programação do modo de fazer torna-se, então, uma ação deliberada, mental, a ideação dos fins a serem alcançados com a utilização dos recursos disponíveis. É o processo de trabalho, formado por três elementos: o trabalho mesmo, que podemos definir como a mobilização de capacidades e competências físicas e intelectuais em ação sobre a natureza, tendo em vista objetivos preestabelecidos; os meios de trabalho, constituídos pelos instrumentos, ferramentas e equipamentos de que se vale o executante para realizar a atividade pretendida; e o objeto de trabalho, matéria sobre a qual esse executante opera, utilizando os meios de trabalho. É uma atividade exclusivamente humana, incomparável a qualquer outra, pois o resultado do trabalho de um mestre de obras medíocre é superior à mais perfeita obra de uma abelha, por ter sido, previamente, projetado em seu cérebro (Marx, 1972, I, p. 130).

Na abordagem sociológica do trabalho, que orienta esta obra, são enfocadas suas manifestações históricas, o que quer dizer, as formas concretas que essa atividade assume ao longo do tempo, os recursos técnicos de que se utiliza, as relações sociais que engendra e que são, simultaneamente, engendradas por ela, bem como as concepções e significados simbólicos que lhe são atribuídos.

Em cada momento e contexto da história da humanidade, a atividade de produzir os meios necessários à reprodução da vida assumiu diferentes conformações sociais, técnicas, econômicas, políticas e culturais, encaminhando à concepção de que o trabalho, tal qual sua configuração moderna, não deve ser a lente pela qual se examinam as distintas concepções de trabalho e sua concretude ao longo do tempo. Em muitas sociedades e em muitas línguas nem mesmo havia uma palavra específica para identificar as atividades que hoje são abrigadas sob o conceito de trabalho, nem havia, então, uma concepção abstrata a respeito, embora houvesse a consideração social, negativa ou positiva, de fazeres concretos, como cultivar a terra, fabricar objetos úteis (artesanato) ou comercializá-los (Méda, 1999; Migeotte, 2005).

Houve, ao longo da História, trabalho escravo, trabalho servil, sob condições despóticas e cruéis ou desempenhadas com alguma autonomia dos executantes em relação aos usufrutuários dos resultados do trabalho, em inumeráveis arranjos, peculiares em cada contexto espaço-temporal.

Na sociedade moderna, capitalista, a forma típica de trabalho é o assalariamento, cuja característica primordial é a compra da capacidade de trabalho de homens e mulheres por um empregador, em troca de remuneração, o salário. Aqui, o trabalho se concretiza historicamente como emprego.

O processo histórico gerador dessa conformação de trabalho foi longo e conflituoso, e ocorreu, originalmente, na Europa. Os produtores diretos na sociedade feudal europeia, os servos da gleba, foram gradativamente espoliados de suas condições de trabalho e produção (os instrumentos de trabalho e a posse e o acesso à terra de seus senhores, a quem deviam tributos e lealdade), em um processo que Marx denominou de *acumulação primitiva de capital*. Nele, foram criadas as condições para a organização da produção e do trabalho sob o comando, o controle e os fins do capital. Os despossuídos, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão disponibilizar sua capacidade de trabalho a quem pudesse pagar pelo seu uso, passaram a vendedores

de força de trabalho em troca de remuneração. Constituem-se as classes fundamentais da sociedade capitalista: trabalhadores e empresários, ou proletariado<sup>1</sup> e burguesia.

A construção histórica das relações de trabalho entre essas duas classes foi um árduo confronto entre a defesa de uma tradição de trabalho e a imposição de novas regras. Na sociedade europeia pré-capitalista, ainda que submetidos à servidão ou ao rigoroso estatuto das corporações nos burgos, os produtores diretos (camponeses e artesãos) tinham o domínio das técnicas de trabalho, controle sobre a duração da jornada de trabalho, caracterizando uma relativa autonomia enquanto produtores. A exploração a que estavam submetidos era assegurada pela tradição, de natureza extraeconômica, que comportava, também, muitas vezes, compromisso moral entre atores sociais, como tão bem analisou Thompson em *A economia moral da multidão* (Thompson, 1979b). A exploração dos camponeses dava-se pela apropriação de parte da produção agrícola pelos donos da terra e pela obrigatoriedade de aqueles prestarem serviços nas propriedades destes. A produção servia para atender às necessidades do grupo familiar e pagar os tributos devidos aos senhores, comercializando-se em mercados ou feiras próximas o que viesse a sobrar.

Na economia dos burgos, sobretudo no caso das comunidades situadas em terras alódiás, a autonomia em relação aos senhores da terra era maior, mas a rigorosa estrutura das corporações garantia o exercício do poder aos ocupantes da cúpula, os mestres de ofício, beneficiários dos resultados do trabalho comum desenvolvido nas oficinas. As formas consagradas de produzir eram pouco questionadas, inovações eram casuais, não buscadas deliberadamente, e as transformações eram muito lentas. Mas, frente a uma equivocadamente apregoada estagnação, ao longo da Idade Média foram ocorrendo mudanças que come-

---

1 O conceito de proletário é, por vezes, ambíguo e pouco preciso. Tanto pode se referir aos operários da indústria como a qualquer categoria de trabalhadores que tenha sido posta a serviço do capital, passando, portanto, por um processo de proletarianização.

çaram a solapar o aparente imobilismo da sociedade europeia. Ao lado de inovações técnicas e tecnológicas (White Jr., 1985), um conjunto de fatores foi sendo incorporado ao cotidiano, criando condições propícias para a emergência de uma sociedade diferente. Pode-se mencionar, entre outros, a ampliação dos horizontes dos povos europeus, para o que a contribuição das Cruzadas foi decisiva, favorecendo a intensificação do comércio e o ressurgimento das cidades; o aumento da demanda de produtos agrícolas e artesanais que a estrutura produtiva vigente não conseguia atender; a existência de riqueza monetária acumulada na expansão do comércio e, sobretudo na Inglaterra, a disponibilidade de mão de obra abundante, resultante da expulsão de camponeses das terras comunais, que passavam a ser utilizadas para a criação de ovelhas, atendendo à demanda de matéria-prima de uma nascente manufatura de lã no noroeste do Continente.

Originada na Inglaterra, a revolução industrial foi se expandindo, incorporando à sua lógica territórios cada vez maiores e mais distantes, que passaram a ser consumidores da produção manufatureira e/ou fornecedores de matéria-prima e alimentos para a indústria nascente e para as populações que ela começava a empregar, iniciando o processo de mundialização sob a égide do capital. O desenvolvimento industrial foi ocorrendo também em outros países e regiões da Europa, da Ásia e da América, dele resultando a emergência de grandes potências econômicas e de núcleos industriais secundários na estruturação do mercado mundial e na divisão internacional do trabalho. Esse processo é peculiar em cada contexto em que ocorreu, devido a condições históricas, econômicas, sociais e políticas específicas, tanto precedentes ao desenvolvimento industrial, quanto determinadas pela posição de cada país ou região naquele mercado. O elemento comum nesse diferenciado processo de formação é a constituição de um mercado de trabalho, no qual se passa a negociar força de trabalho e salários.

Os empresários defrontaram-se, desde os primórdios da produção capitalista, com a resistência dos trabalhadores em se submeterem à disciplina que pretendiam e precisavam lhes im-

por. Os artesãos eram refratários a aceitar mudanças nos seus métodos de trabalho, consagrados pela tradição das corporações, e, conseqüentemente, a produção, tal qual era organizada, não comportava significativa elevação de produtividade que pudessem atender à demanda crescente de um mercado em expansão. A resposta dos empreendedores capitalistas foi cortar o acesso dos artesãos aos mercados de matéria-prima e consumidores de seus produtos, simultaneamente à fragmentação dos ofícios em diferentes etapas, cada uma atribuída a um artesão distinto, realizando suas tarefas no seu próprio domicílio.

O controle direto sobre os trabalhadores não existia ou era pouco eficiente, pois eles trabalhavam em suas casas, longe da supervisão dos empreendedores da produção, conservando alguma autonomia da qual gozavam enquanto produtores independentes. O pagamento era feito pela produção realizada e já eram, então, assalariados do capital, mas não estavam ainda formalmente submetidos a ele. O ganho pelo trabalho feito era pouco, tornando suas condições de vida cada vez mais precárias. Defendiam-se, então, adulterando a matéria-prima, substituindo a de boa qualidade por outra inferior, desviando a mercadoria ou valendo-se de outras artimanhas para melhorar suas receitas, como, por exemplo, na indústria têxtil, molhando a lã para aumentar seu peso (Marglin, 1980, p. 67). Os artesãos, que trabalhavam dispersos, foram, então, reunidos em um mesmo espaço de trabalho, a fábrica, onde passaram à vigilância permanente do patrão. Marglin (1980) analisou esse processo, defendendo a tese de que o surgimento da fábrica não atendeu a requisitos técnicos e de eficiência, tendo sido uma resposta dos patrões à resistência dos trabalhadores em se submeterem a seus interesses. Segundo o autor, a fábrica foi uma estratégia de controle do capital. Os instrumentos de trabalho eram os mesmos que os artesãos utilizavam na produção doméstica, mantida, portanto, a mesma base técnica. Mas os patrões definiam horário de início e término da jornada de trabalho, controlavam as pausas e, mais comumente, as proibiam, pressionavam para acelerar o ritmo de trabalho, a fim de elevar a produtividade. O capital aumen-

tou seu controle sobre o espaço e o tempo de trabalho (Marglin, 1980; Thompson, 1979a). O pagamento por produção foi um fator relevante para aumentar a exploração dos trabalhadores, pois o patronato delegava a eles a (falsa) opção de definir seus ganhos segundo a intensificação do seu fazer. Sendo os salários muito baixos, os trabalhadores se impunham ritmos acelerados de trabalho, a fim de melhorar sua remuneração. Simultaneamente à divisão técnica do trabalho, pela via da fragmentação dos ofícios manuais, foram avançando a especialização e a multiplicação dos instrumentos de trabalho. No entanto, o resultado do trabalho, ou seja, o produto e sua qualidade, continuava a depender da habilidade dos trabalhadores no manuseio das ferramentas de trabalho, assim como continuava a depender deles a produtividade do trabalho, que estava relacionada à intensidade com que era executado. Havia a possibilidade de retrancar o ritmo de trabalho, o que constituía um espaço possível de resistência às pressões do capital.

A máquina veio a diminuir grandemente essa possibilidade. Perrot, citando um autor do século XIX, endossa o argumento de que “a máquina libertou o capital da opressão do trabalho” (Perrot, 1988, p. 23). Essa inovação tornou dispensáveis as habilidades dos trabalhadores, quase sempre resultado de longo aprendizado, o que fazia deles trabalhadores escassos diante da crescente demanda por força de trabalho, mantendo elevado seu valor/salário. Com aquela dispensa, qualquer pessoa, homens, mulheres e até crianças, sem nenhum treinamento prévio, poderiam e foram transformados em operadores das máquinas, executando tarefas facilmente aprendidas. O efeito foi o rebaixamento do custo da força de trabalho, com inegáveis vantagens ao capital. Além disso, os patrões, detendo o controle da aceleração das máquinas, impuseram a seus operadores/alimentadores o ritmo que atendia a seus interesses e não aos dos trabalhadores.

A resistência dos trabalhadores renovou-se nas suas manifestações, sabotando o funcionamento das máquinas ou promovendo sua destruição. Esse movimento, que eclodiu na Inglaterra no início do século XIX e que ficou conhecido como



luddismo, segundo Hobsbawm (1981), apresentou dois tipos: como meio de pressionar os patrões à concessão de benefícios aos trabalhadores, ou como resistência aos efeitos da adoção da máquina sobre as condições do trabalho, como

impedir o desemprego e manter o padrão de vida habitual, que incluía fatores não-monetários, tais como a liberdade e a dignidade, bem como os salários. Assim, não era às máquinas como tal que ela objetivava, mas a qualquer ameaça a estes – acima de tudo à mudança total das relações sociais de produção que o ameaçavam (Hobsbawm, 1981, p. 21).

Foi, sem dúvida, a defesa de um estilo de vida ameaçado pelas transformações que estavam sendo introduzidas nos processos de trabalho e de produção e nas relações a eles vinculadas.

Embora essas considerações digam respeito a um determinado contexto, a Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, as transformações que estavam na origem e como resultado da industrialização capitalista, onde quer que ela tenha ocorrido, provocaram tensões sociais, com manifestações específicas, configurando processos históricos únicos, embora submetidos à mesma lógica de acumulação do capital, sustentada pela expropriação de trabalho excedente não pago aos assalariados.

Gradativamente, porém, o sistema de fábrica foi se consolidando, sem que os conflitos entre capital e trabalho se resolvessem. Ao contrário, foram se redefinindo diante de situações em constante mudança, suscitando novas estratégias do capital e do trabalho, imprimindo uma dinâmica na relação entre esses protagonistas e fazendo nascer e se consolidar a consciência de classe de trabalhadores e de capitalistas, tornando clara a oposição entre eles.

A complexidade crescente da sociedade e da produção de bens e serviços diversificou a estrutura da força de trabalho, ampliando o leque de ocupações, com tendência crescente à superioridade numérica dos trabalhadores nos setores urbanos não industriais, que passaram a ser entendidos como ocupações do setor terciário ou de serviços. Também estes passaram, gradativamente, a ser organizados sob a lógica corporativa capitalista.

No processo de busca permanente pela elevação da produtividade, pela racionalização na produção e no trabalho, o empresariado foi introduzindo inovações técnicas e organizacionais, em um processo sem fim de resposta à resistência operária, que tem sido, por sua vez, resposta às estratégias empresariais. Constituiu-se, assim, um movimento permanente de ação e reação, que, em alguns momentos, chegou e continua chegando ao conflito aberto. Também aqui as manifestações concretas desse conflito são distintas, assim como o efeito e os resultados do embate entre capital e trabalho, moldados pelas condições históricas particulares de cada contexto.

Condições particulares vigentes nos Estados Unidos, no final do século XIX, provocaram a introdução de inovações na organização do trabalho, que tiveram grande difusão em âmbito planetário. Foi o taylorismo.

Quais eram aquelas particularidades? E o que é o taylorismo?

A sociedade americana encontrava-se, então, em acelerado crescimento e desenvolvimento industrial. A população aumentara rapidamente pela via da imigração, e o mercado interno se ampliava e se densificava também com rapidez. Embora contando já com uma indústria bastante mecanizada, a organização do trabalho garantia aos trabalhadores um grande controle sobre a produção e a produtividade (Decca, 1983). Os sindicatos, bastante atuantes, entendiam que o incremento da produtividade (no caso, trabalhar mais rápido), elevando a produção, provocaria a redução da demanda por força de trabalho e o conseqüente desemprego, razão pela qual rejeitavam qualquer mudança na organização do trabalho, defendendo o sistema então vigente. As inovações introduzidas por Frederick Taylor, engenheiro americano que deu nome ao novo sistema de organização do trabalho, visavam romper com a resistência dos trabalhadores, racionalizar o trabalho, gerenciá-lo cientificamente, a fim de obter ganhos que, segundo seus argumentos, beneficiariam tanto trabalhadores quanto empresários. Para Taylor, os homens tendiam, naturalmente, ao ócio, a trabalhar menos e com menor rapidez do que efetivamente podiam. Era

preciso que eles fossem ensinados a trabalhar corretamente, em conformidade com a definição racional das tarefas. Taylor estudou obsessivamente novas modalidades de executar cada tarefa, fragmentada e simplificada, definindo tempos e movimentos mínimos,

com o intuito de destruir esse sistema de trabalho (*craft production*). A mais valiosa contribuição de Taylor em sua época foi ter percebido que os processos de trabalho nas fábricas americanas, longe de se caracterizarem por uma anarquia, estavam solidamente organizados e propiciavam um enorme controle dos trabalhadores dentro da fábrica (Decca, 1983, p. 67).

Trata-se da opressão do trabalho sobre o capital mencionada por Perrot.

Taylor aprofundou a divisão técnica do trabalho, reduzindo as tarefas a ciclos operatórios curtos e simplificados, cada uma atribuída a um trabalhador, que deveria ser treinado para executá-la segundo as prescrições da gerência. Um departamento de tempos e métodos devia ser organizado nas empresas, com a função de preparar diariamente a tarefa a ser executada por cada trabalhador, que a receberia no início da jornada, devendo executá-la rigorosamente em conformidade com as prescrições recebidas. Para Taylor, havia uma única maneira de executar as tarefas fragmentadas e simplificadas em que cada função fora dividida e essa maneira era a melhor possível, pois organizada cientificamente, como ele pretendia e argumentava. O pagamento deveria ser de acordo com a produtividade, calculada individualmente, estimulando a competição entre os trabalhadores.

A seleção dos trabalhadores deveria apoiar-se em critérios científicos, levar em conta as demandas específicas do posto de trabalho a ser preenchido e o perfil correspondente do trabalhador a ser selecionado. Como as tarefas foram fragmentadas e simplificadas, as habilidades requeridas aos trabalhadores poderiam ser rapidamente aprendidas, pois reduzir-se-iam à destreza manual, ou à rapidez, ou à acuidade visual, ou à força física, não como conjunto, mas como características isoladas umas

das outras. Taylor chegou a declarar que, segundo seu método de trabalho, testado na empresa em que realizava seus experimentos, no transporte de pó de minério do pátio para vagões ferroviários, o trabalhador que fosse realizá-lo deveria ter como requisito “ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi. Um homem com reações vivas e inteligentes é, por isso mesmo, inteiramente impróprio para tarefa tão monótona” (Taylor, 1982, p. 66). Essas considerações são válidas para ocupante de qualquer posto de trabalho, dentro desse sistema. O trabalhador deveria ser convencido de que seria beneficiado se aceitasse as imposições do supervisor de seu trabalho, por meio do estímulo à elevação do salário, em correspondência com sua produtividade. Os resultados para os trabalhadores foram, efetivamente, vantajosos do ponto de vista salarial, mas muito mais para o capital, segundo resultados apresentados pelo próprio Taylor, em sua publicação de defesa do seu sistema. Em três anos, o número de trabalhadores teve uma redução de 77%; a média diária transportada, por cada homem, do pátio para os vagões subiu de 16 para 59 toneladas (um aumento de 269%); a remuneração por dia e por homem aumentou de US\$ 1,15 para US\$ 1,88 (63% a mais) e o custo médio do carregamento de uma tonelada diminuiu 54%, baixando de US\$ 0,072 para US\$ 0,033.

Para os trabalhadores, entre os efeitos da implantação dos princípios e técnicas tayloristas, destacam-se a intensificação e a desqualificação do trabalho, a obsolescência dos ofícios (Braverman, 1981), a apropriação, pelo capital, do saber operário, avançando no seu controle e submissão. Os trabalhadores deveriam apenas executar as tarefas tal qual a prescrição organizada pela gerência, aprofundando a cisão entre concepção e execução. Da programação diária de todas as tarefas a serem realizadas e da supervisão e do controle constantes do modo de trabalhar resultou a multiplicação de trabalhadores não ocupados diretamente na produção, responsáveis por funções gerenciais e de controle, tornando a estrutura hierárquica nas empresas superdimensionada.

Com a simplificação das tarefas divididas e a rapidez de sua aprendizagem, qualquer pessoa poderia ser facilmente transformada em operário industrial. Desbloqueava-se, assim, a rigidez do mercado de trabalho, dependente, até então, de trabalhadores qualificados. Imigrantes europeus, população pobre e negros provenientes dos estados do sul dos Estados Unidos e sem tradição de trabalho industrial disponibilizaram força de trabalho abundante, capaz de ser absorvida, vantajosamente, pelo capital, em decorrência do aviltamento dos salários.

A obsessão de Taylor pelo seu sistema levou-o a ações permanentes para difundir-lo, enfrentando a rejeição do empresariado americano. Mas, após alguns anos, o sistema foi sendo aceito, em parte pelo caráter presumidamente científico que o autor lhe atribuía. Os estudos de tempos e movimentos, que Taylor realizou em parceria com colaboradores, obedeciam a procedimentos rigorosos de observação, medição e registro, que contribuíram para aquela aceitação.

Onde quer que tenha sido implantado, o sistema enfrentou a reação dos trabalhadores. Nos países industrializados da Europa, com forte e arraigada tradição de organização dos trabalhadores, os operários o rejeitaram, temerosos de perder suas qualificações e recusando submeter-se às imposições de supervisores e cronometristas. Mas o sistema Taylor acabou se difundindo e sua aceitação foi se generalizando, inclusive em países de industrialização mais tardia (Vargas, 1984). Seus princípios e técnicas mostraram-se eficazes também na organização do trabalho em escritórios e em outros setores da economia (Braverman, 1981; Antonacci, 1985).

Outro inovador que fez avançar a racionalização do trabalho e o controle sobre os trabalhadores foi Henry Ford. Sua contribuição mais importante para a organização do trabalho industrial foi a instalação da esteira móvel na montagem de automóveis, equipamento que trazia a cada trabalhador, fixado no seu posto de trabalho, as peças a serem montadas. O ritmo de trabalho se impunha objetivamente aos trabalhadores pela aceleração da esteira. Diminuía-se, assim, a porosidade do trabalho,

meta incansavelmente buscada pelo capital (Neffa, 1990). O trabalho se tornou mais denso, provocando maior desgaste dos trabalhadores. O aprofundamento da divisão do trabalho, a adoção do princípio de intercambialidade dos componentes a serem montados, levados a cabo por Ford, incrementaram surpreendentes ganhos de produtividade. Iniciava-se a era da produção em massa, com a fabricação de grandes lotes de produtos absolutamente iguais. Na fábrica Ford, esse produto era o automóvel modelo T.

A recusa dos trabalhadores da Ford Motor Company às inovações implantadas se manifestava nas altas taxas de rotatividade, absenteísmo e abandono do emprego. A fim de garantir a permanência dos trabalhadores em suas fábricas, Ford aumentou para cinco dólares o pagamento pela jornada diária de trabalho, o dobro dos valores pagos no mercado de trabalho americano. Com a elevação dos salários, Ford pretendia também que fosse criado um mercado de consumo em massa, fechando o circuito produção-consumo. Além disso, implantou um poderoso esquema de controle, integrado por ampla rede de espões que vigiavam os trabalhadores na fábrica e fora dela, valendo-se de métodos truculentos, a fim de induzi-los a um estilo de vida sóbrio e a impedi-los de qualquer iniciativa de ação coletiva ou tentativa de organização. Ford detestava os sindicatos (Grandin, 2010).

Concebeu suas empresas tão integradas verticalmente quanto fosse possível, buscando, com isso, a autossuficiência, desde a obtenção da matéria prima até o atendimento direto aos compradores de seus automóveis. Foi com este objetivo que deu início ao desastrado empreendimento de cultivar seringueiras na Amazônia nos anos 1930 (Grandin, 2010).

O êxito da empresa Ford levou outras montadoras a adotarem o sistema produtivo introduzido pelo seu fundador (além de passarem a ajustar os salários ao padrão Ford), sistema que veio a se constituir no paradigma produtivo hegemônico ao longo do século XX, embora distanciado das concepções originais de seu idealizador. Ford se opunha à organização sindical dos trabalhadores, à intervenção do Estado na economia e à asso-

ciação com banqueiros e financistas. No entanto, no paradigma fordista (Guimarães, 2006; Holzmann, 2011a), foram decisivas: a intervenção estatal na regulação da economia, a consolidação dos sindicatos como atores relevantes no cenário político, a construção de um sistema de políticas públicas de previdência e assistência sociais, configurando o que veio a ser o Estado de bem-estar, com distintas modelagens em cada país. Alemanha, França e países nórdicos são exemplos nos quais o Estado de bem-estar social foi amplamente desenvolvido, ao contrário de Estados Unidos e Japão, países com políticas menos abrangentes e de menor extensão. Situações díspares também podem ser constatadas em países de modernização econômica mais tardia, como Uruguai e Brasil, sendo aquele um exemplo de Estado de bem-estar social mais amplamente constituído do que este.

A consolidação do fordismo, sistema de organização do processo de produção combinado com políticas públicas, negociações entre empresários e trabalhadores via sindicatos e um arcabouço institucional econômico, político e social (segundo a Teoria da Regulação), caracterizou o desenvolvimento do capitalismo, desde o final da Segunda Guerra até os anos 1970, como tendência geral, ressaltadas as especificidades em cada contexto nacional, é bom lembrar.

A partir daquela década, o fordismo começa a enfrentar dificuldades, associadas a um conjunto de fatores de ordem econômica, social e política, entre os quais: a saturação para bens produzidos em massa nos mercados dos países centrais; dificuldades para elevar a produtividade industrial; resistência dos trabalhadores ao trabalho monótono, repetitivo e embrutecedor da linha de montagem, incompatível com a elevação da escolaridade da classe trabalhadora; aumento da competição devido à entrada nos mercados nacionais e internacional, de novas potências industriais; aumento das despesas do Estado com a manutenção das políticas públicas de bem-estar; a considerada rigidez dos mercados de trabalho atribuída ao excesso de regulamentação das condições contratuais e das proteções ao trabalho. Esses fatores passaram a comprometer o processo

de acumulação de capital (ou a justificar os entraves a ela), tornando imperativo ao capital definir estratégias que levassem à sua superação.

A ascensão de governos conservadores em países centrais – Thatcher, na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos – nos anos 1980, precedida da “experiência-piloto” levada a cabo no Chile, a partir do golpe de Estado liderado por Pinochet, viabilizou pôr em prática os princípios e recomendações do ideário neoliberal, justificador das políticas adotadas.

Logo ao final da Segunda Guerra, um grupo de intelectuais, com destaque para Friedrich Hayek e Milton Friedman, passou a reunir-se, periodicamente, em uma pequena cidade suíça, Saint Pélérin, que veio a identificar o grupo. Seus integrantes opunham-se, ferrenhamente, ao Estado de bem-estar social e a seu intervencionismo, considerados ameaça à liberdade econômica e dos indivíduos e cerceador da vitalidade da concorrência (Anderson, 1995). A forte presença dos sindicatos na cena política, particularmente nos países centrais, em processo de recuperação do conflito bélico e da reconstrução de sociedades democráticas, foi considerada como impedimento à dinamização da economia, na medida em que assegurava a aplicação, em políticas de cunho social, de recursos que deveriam ser investidos produtivamente, assegurando a acumulação de capital. A ampliação das garantias dos trabalhadores em suas relações com o empresariado, consubstanciada na regulamentação dessas relações, foi considerada pela Sociedade de Saint Pélérin como um engessamento das liberdades de atuação no mercado, e a proposta de sua redução ou extinção, questão-chave nas formulações teóricas e críticas e nas recomendações do grupo, a partir de sua fundação.

Entretanto, essas formulações não encontravam, então, terreno propício para se difundirem. Após a Segunda Guerra, a economia capitalista viveu um longo período de crescimento, a que se chamou de “30 anos dourados”. Sob a égide do Estado de bem-estar social e forte presença dos sindicatos no cenário político, os trabalhadores puderam partilhar dos ganhos desse



crescimento, amenizando o conflito capital-trabalho. O processo se deu simultaneamente ao aprofundamento de práticas de racionalização do trabalho, cujos efeitos já foram apontados. Os trabalhadores ganhavam como consumidores, mas perdiam como produtores, devido àqueles efeitos.

Não é demais chamar a atenção, novamente, para o fato de que essas condições dizem respeito à tendência do capitalismo, em âmbito mundial, com manifestações bastante distintas em cada contexto nacional. Aqui não se consideram, também, os efeitos da bipolarização do mundo, com a expansão das zonas de influência soviética, após a Segunda Guerra, por fugirem aos propósitos desta obra.

A partir dos anos 1970, a crise capitalista, marcada por taxas altas de inflação e baixas de crescimento, foi buscar naquele ideário a solução para seus problemas. Os governos conservadores, já mencionados, recorreram a ele e implantaram, nos respectivos países, as recomendações da Sociedade de Saint Pélérin.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar em uma crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração de taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos (Anderson, 1995, p. 10-11).

Quebrando os sindicatos, o poder de barganha dos trabalhadores ficaria diminuído, contendo as reivindicações por maiores ganhos salariais, o que asseguraria a reorientação dos recursos das empresas e dos gastos sociais públicos para o setor produtivo, além de abrir caminho para o desmonte dos direitos trabalhistas pela via da flexibilização das relações laborais. A redução do tamanho do Estado seria efetivada pelo processo de privatização de empresas estatais, e serviços públicos seriam delegados a instituições privadas, consideradas, na óptica neoliberal, mais eficientes e lucrativas.

Esse foi o receituário adotado como políticas gerais governamentais.

Também no âmbito menos visível da produção, no interior das empresas, o bloqueio à elevação da produtividade, decorrente do próprio sistema fordista de produção em massa e da resistência operária, assim como a incapacidade desse sistema de atender à diversificação da demanda dos consumidores e da intensificação da concorrência em um mercado cada vez mais competitivo e mundializado, impuseram ao empresariado a necessidade de definir estratégias em resposta a esses entraves.

As estratégias combinaram inovações tecnológicas e organizações, inspiradas no que se convencionou chamar de modelo japonês.

O Japão vinha se sobressaindo no mercado internacional, conquistando espaço com seus preços competitivos e alta qualidade de produtos, despertando a atenção das demais potências industriais. Como a qualidade e preços competitivos estavam sendo alcançados pela indústria japonesa, até havia pouco desprestigiada, exatamente pela baixa qualidade do que produzia? A resposta estava na organização dos processos de trabalho e de produção (Ouchi, 1986).

Na tarefa de reconstrução no pós-guerra, o Japão formulou o projeto de reinstalar uma indústria automobilística nacional, extinta em 1939. Desde os anos 1920, essa indústria limitara-se a três plantas americanas instaladas no país. Com o início do

conflito, as empresas americanas se retiraram do Japão, e o país concentrou esforços na indústria bélica.

Ao terminar a guerra, a competição com a poderosa indústria automobilística americana e com seu sistema fordista de produção em massa era quase impossível, frente às condições particulares do Japão. Segundo Gounet (1999), as condições eram: mercado restrito, tanto devido ao montante de população quanto a seu baixo poder aquisitivo; demanda por veículos menores, mais baratos e mais apropriados para a configuração geográfica acidentada e o pequeno território do país; demanda mais diversificada, requerendo a produção de lotes menores. Acrescenta-se a escassez de espaço, impeditivo à estocagem de grandes quantidades, tanto de matéria-prima quanto de produtos acabados, típico da produção fordista (Gounet, 1999, p. 23-24). O modelo japonês é, então, concebido, difundindo-se como *toyotismo* (Holzmann, 2006, 2011b).

No que diz respeito à organização do processo produtivo, a fabricação de grandes lotes de produtos idênticos, característica da produção em massa, é substituída por lotes menores de produtos diferenciados, atendendo à diversificação do mercado; articula-se um sistema de redes de empresas fornecedoras subcontratadas, que entregam os componentes que produzem às montadoras, de acordo com o ritmo da produção destas; a produção, por sua vez, é programada segundo a demanda do mercado consumidor, dispensando a necessidade de grandes espaços para a estocagem de peças e componentes; no interior das fábricas, um sistema de comunicação visual informa o andamento da produção e a requisição de partes e componentes a serem montados. É o sistema *kanban* (Franzoi, 2006).

Em relação ao processo de trabalho, a norma de um trabalhador/um posto de trabalho dá lugar ao trabalho em equipe, sendo o grupo responsável pela operação e supervisão de um conjunto de máquinas, o que requer trabalhadores com múltiplas habilidades, polivalentes. Cada estação de trabalho tem a atribuição de garantir a correção do trabalho feito, em busca da meta de “zero erro desde a primeira vez”, diminuindo ou elimi-

nando a necessidade de retrabalho ou o refugo de peças com defeito. Estas são em número considerável no fordismo, no qual a inspeção da produção é feita no final do processo de fabricação pelo setor de controle de qualidade. A constatação de defeitos pode levar à perda de todo o lote, com repercussões expressivas na perda de lucratividade.

No toyotismo, a complexa e hiperdimensionada estrutura hierárquica do fordismo cede lugar a uma estrutura mais enxuta, com número menor de níveis, o que facilita a circulação de informações no interior da empresa.

Uma série de programas foi concebida, integrada a esse “modelo”, como programa de qualidade total (PQT), 5S, melhoria contínua (*kaizen*), gestão participativa. A organização sindical por categoria (muito forte e autônoma no Japão no pré e no imediato pós-Guerra) foi substituída pelo sindicato por empresa, com forte matiz de colaboração empregados-empresa.

À difusão desses princípios e programas em âmbito mundial, somaram-se as transformações na base técnica, com a introdução da microeletrônica nos processos de produção de bens e de serviços, facilitando a integração globalizada desses processos, da economia, das finanças, modelando novos padrões culturais e de consumo.

O modelo japonês servia como uma luva na justificação do receituário da Sociedade de Saint Pélérin de desregulamentação das rígidas normas contratuais do fordismo, assim como da redução do papel do Estado como interventor na economia e nas ações sociais. O aumento do desemprego, resultante tanto da redução do dinamismo econômico<sup>2</sup> quanto da reorganização no interior das empresas e da inovação tecnológica poupadora de mão de obra,

---

2 Segundo o receituário do grupo de Saint Pélérin, a redução dos gastos sociais dos governos e dos impostos cobrados das empresas liberaria recursos para investimentos produtivos, dinamizando a economia e recuperando o processo de acumulação. Mas o que de fato aconteceu foi o desvio desses recursos para aplicações financeiras, fragilizando a economia e produzindo uma sucessão de crises catastróficas, que têm penalizado particularmente a população que vive de salários ou de pequenos negócios.

deixou os trabalhadores na defensiva. Foram-se os anos dourados do capitalismo, nos quais eles obtiveram ganhos significativos, e inaugurou-se uma nova fase, na qual, em termos gerais, o capital quase anulou o poder de barganha dos trabalhadores.

Novos problemas emergem no mundo do trabalho, decorrentes dessas transformações, incluindo um amplo leque de situações, tais como: desemprego; intensificação do trabalho dos que permanecem empregados e implantação de novas modalidades de contrato que precarizam as condições de vida dos trabalhadores, disseminando inseguranças (Mattoso, 1995); decadência de áreas de industrialização antiga devido à migração de empresas para novos territórios, em busca de condições mais favoráveis para a exploração da força de trabalho, especialmente quando ela não tem nenhuma experiência de organização e luta trabalhista e se localiza em países cujos governos autoritários mantêm forte controle e repressão sobre as massas populares; trabalho não formalizado em contratos, penalizando os que se integram ao mercado de trabalho nessas condições, sobretudo em se tratando de trabalhadores com alta vulnerabilidade como mulheres, jovens, imigrantes, especialmente quando ilegais; intensificação das migrações dos países (ou regiões) pobres para os países (e regiões) do centro do capitalismo, gerando problemas graves de rejeição aos forâneos (Pierucci, 1987), desencadeando conflitos sociais e culturais, às vezes com respaldo de governos conservadores.

É quase interminável a lista de questões que hoje assomam o mundo do trabalho, transformando-o comparativamente às condições anteriormente vigentes em grande parte dos países integrados ao capitalismo mundial. Desde os anos 1990, com a derrocada do bloco soviético e as reformas capitalistas introduzidas na China (o último bastião de resistência anticapitalista é Cuba, mas por quanto tempo?), esse espaço se expandiu, adquirindo dimensões planetárias. Mesmo em locais longínquos, a lógica do capital é a urdidura na qual se tecem complexas tramas, amarrando o local e o global em um feixe de problemas.

A exclusão do mercado de trabalho é um dos graves problemas da sociedade contemporânea. Se os meios de vida necessários

à sobrevivência são, todos eles, mercadorias que devem ser trocadas por equivalente em dinheiro, e se o dinheiro é adquirido, para a grande maioria das pessoas, como remuneração por trabalho feito (não se incluem aí, certamente, especuladores e aqueles que vivem de rendas) e se desse trabalho são privados tantos homens e mulheres, como integrarem-se à sociedade na condição de consumidores, garantindo, assim, sua sobrevivência?

Esse questionamento diz respeito apenas às condições materiais de sobrevivência no capitalismo. Mas o trabalho propicia mais do que isso<sup>3</sup>. O trabalho constitui fator-chave de integração e de criação de laços sociais, de sentimento de pertinência ao coletivo, de dignificação diante do outro, de autorreconhecimento e de autoestima, mesmo que as condições em que ele seja realizado possam ser problemáticas, penosas, e incorporar exploração.

A perda de trabalho, ou melhor, do emprego (não esqueçamos que esta é a forma inerente à sociedade capitalista), leva o indivíduo ou ao isolamento e a todo o conjunto de efeitos sociais e psíquicos que ele provoca, ou à busca de alternativas de sobrevivência, que em geral resultam em precariedade das condições de vida, em todas suas dimensões. Esses efeitos são quase sempre negativos, embora aqueles que abraçam o credo neoliberal defendam a perda do emprego como a grande oportunidade dos indivíduos se livrarem das amarras de uma vida medíocre dentro das organizações, de exercitarem sua criatividade e concretizarem seus sonhos, abandonados em razão da construção de uma carreira como empregado de uma empresa. É, segundo esse credo, a chance de ouro de pôr em prática a liberdade criativa.

A centralidade do trabalho é, ainda, uma realidade indiscutível, embora uma corrente de pensamento e crítica da sociedade contemporânea a questione, tanto na sua relevância na criação

---

3 “De todos os desperdícios de recursos naturais de uma sociedade, nenhum é mais injusto, mais prejudicial à integração social e à autoestima do cidadão do que negar-lhe a oportunidade de viver honestamente e sustentar a família com o resultado do seu trabalho. É por isso que a construção de uma sociedade mais ‘justa’ começa pela maximização do nível de emprego” (Delfim Netto, 2011).

do laço social, quanto na possibilidade de ser um conceito-chave para a interpretação da contemporaneidade, como o foi para as formulações clássicas das ciências sociais (Méda, 1999; Gorz, 1982; Offe, 1989; Grupo Krisis, 2003). Essa posição tem sido amplamente contestada, e seus adeptos têm focado a leitura da realidade nas profundas transformações em curso no mundo do trabalho, e não na perda de sua relevância.

O que deve ser levado em conta é que esta atividade chamada trabalho está presente ao longo de toda a história da humanidade, assumindo um amplo leque de configurações, o que significa a concretização histórica de uma atividade vital para a sobrevivência dos agrupamentos humanos. Nessa concretização embutem-se os valores simbólicos que lhe são atribuídos, distintos em cada espaço-tempo: desde a consideração como atividade aviltante na Grécia Clássica e no Império Romano (Migeotte, 2005) à gradativa positividade ao longo da Idade Média (Salamito, 2005) e sua valorização como dever e vocação concebidos no bojo da Reforma Protestante, especialmente na versão calvinista (Weber, 2004), segundo a qual o trabalho concorre para a glória de deus (Willaime, 2005), até sua “naturalização” como fonte de direitos, de cidadania, de segurança e de integração, consubstanciada no Estado de bem-estar, erigido no século XX.

A crise desse Estado, a reorganização produtiva, a inovação tecnológica, a globalização da economia definem um novo cenário para os fenômenos do trabalho, em todas suas dimensões. É em busca de trabalho<sup>4</sup> e de melhores oportunidades que massas de pessoas se deslocam no espaço planetário, em um sentido inverso ao de seus ancestrais próximos: no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, grandes contingentes populacionais abandonaram a Europa e se dirigiram para regiões que estavam sendo incorporadas ao mundo capitalista, nas quais aquelas oportunidades eram, de fato ou supostamente, superiores às existentes na velha Europa. Na atualidade, é dos

---

4 Outros fatores, além da busca por trabalho, estão na raiz dos movimentos migratórios na atualidade, tais como condições políticas, guerras, perseguições ideológicas, desastres naturais etc.

países periféricos que partem massas de pessoas em busca de vida melhor na Europa e nos países do centro do capitalismo. As frequentes crises mundiais que vêm abalando também as economias nacionais consideradas fortes têm reduzido aquelas oportunidades. Com o aumento do desemprego, a responsabilidade pela crise tem sido jogada sobre os estrangeiros, fazendo emergir movimentos xenofóbicos, provocando cisões traumáticas no interior das sociedades e também da classe trabalhadora.

Recentemente, tem se esboçado um movimento migratório dos países centrais mais atingidos pela atual crise financeira para regiões que a tem enfrentado de modo menos traumático.

Embora uma corrente de pensamento argumente sobre o fim da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, grande parte dos conflitos presentes está relacionada com o trabalho ou com a falta dele (desemprego), mesclado com outros fatores que compõem a complexa teia de relações sociais de qualquer sociedade. As recentes manifestações que vêm ocorrendo em países do norte da África e do Oriente Médio (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Bahrein e outros), da Europa e nos Estados Unidos, reivindicam reformas políticas, econômicas, democracia, fim da corrupção, assim como medidas que ponham fim às altas taxas de desemprego e à exclusão e falta de oportunidades no mercado de trabalho, sobretudo de jovens de elevada escolaridade.

Se o trabalho foi, até décadas recentes, considerado o mais importante fator de integração e de construção de identidades individuais e coletivas, assim como o fator-chave na geração de conflitos, tendo perdido essa relevância diante de grandes transformações em curso na sociedade e no mundo do trabalho, segundo uma corrente de estudiosos do mundo contemporâneo já referida, não entendo que ele tenha deixado de ocupar um lugar relevante naquela construção, nem que o conflito em torno dele tenha sido superado. Na sociedade moderna, de complexidade crescente, novas dimensões da vida têm emergido como objeto de manifestações, lutas e reivindicações, como problemas a serem enfrentados (feminismo, pacifismo, movimentos anti-homofobia, em defesa do meio ambiente, antirracismo, e



outros), somando-se àquelas associadas ao trabalho. Negar a relevância e a importância do trabalho, defendendo a posição de que outras dimensões da vida são mais cruciais para a construção da convivência social, não serve senão àqueles que se valem do trabalho alheio para satisfazer seus interesses particularistas.

O trabalho deve ser entendido, sempre, como uma construção histórica e, como tal, organiza-se e articula-se com outras esferas da vida humana de múltiplas e distintas maneiras, produzindo arranjos que expressam, cada um, as condições de seu tempo.

Abordar a problemática do trabalho por meio do exame de filmes pode contribuir para levar não iniciados no seu estudo à reflexão sobre a complexidade e amplitude dos problemas de que essa atividade vital para as sociedades humanas se reveste hoje.

É com esse objetivo e da perspectiva da relevância do trabalho na sociedade contemporânea que é feita a leitura dos filmes aqui comentados. Todos eles abordam o trabalho na sociedade capitalista, na sua origem ou na sua problemática contemporânea. Aqui, além do desemprego e dos grandes deslocamentos demográficos já referidos, são contempladas outras dimensões, como o predomínio de valores aéticos no mundo corporativo; o individualismo na busca de soluções ao desemprego; a condição, em geral ainda precária, da mulher no mercado de trabalho, sua vulnerabilidade frente ao poder masculino; a flexibilização da legislação laboral e a informalidade dos contratos, submetendo os trabalhadores ao arbítrio dos contratantes; a instabilidade e a insegurança quanto ao futuro pessoal e profissional, a prostituição, entre outros, pois essa lista não esgota o tema de que tratamos.

Há, ainda, filmes que tratam da luta dos trabalhadores por direitos, quando eles eram inexistentes, no século XIX e início do século XX, revelando as condições miseráveis em que viviam e trabalhavam as primeiras gerações de operários industriais. Essas condições foram entendidas, ao longo dos “30 anos dourados”, como modalidades recessivas superadas das relações capital-trabalho. No entanto, frente à reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos 1970 tem havido um resgate,

por parte do empresariado, de muitas dessas práticas, pondo os trabalhadores na defensiva nas suas relações com o capital.

Nos filmes comentados, foi dado destaque a dimensões dessa realidade e nelas se evidencia a reatualização do confronto capital-trabalho, contestando os discursos de sua superação e da harmonização entre empresas e seus colaboradores.